

Porto e Algarve alvo de concursos internacionais para pesquisa e prospeção de petróleo

29 de Setembro, 2015

A Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis (ENMC) vai lançar sete novos concursos públicos internacionais para exploração e produção de petróleo em Portugal, avança o Diário Económico. Um dos alvos é a zona marítima ao largo do Porto, que contará com seis concessões: quatro em águas pouco profundas e duas no chamado deep offshore (águas muito profundas). O processo será iniciado ainda este ano.

O Algarve receberá, em 2016, a sétima concessão, a qual foi já objecto de uma manifestação de interesse por parte de uma petrolífera internacional, confirmou o presidente da ENMC, Paulo Carmona. “Queremos mais empresas a investir na pesquisa e exploração de petróleo. Portugal tem uma área grande com potencial e as bacias identificadas estão ainda muito subavaliadas”, afirmou o responsável por esta área de negócios da ENMC, José Miguel Martins.

A atratividade do quadro fiscal e o posicionamento do mercado nacional são outros fatores positivos apontados pela ENMC. Entre 2007 e 2013, Portugal captou 264 milhões de dólares de investimento na área da exploração e pesquisa de petróleo, dos quais 102 milhões de dólares – a maior fatia – foi canalizada para a Bacia do Lusitânica. As bacias de Peniche, Alentejo e Algarves absorveram os restantes, 77 milhões, 63 milhões e 22 milhões de dólares, respectivamente. “Nos últimos anos, a actividade de exploração e pesquisa tem-se centrado sobretudo em mar. Mais de metade da zona económica exclusiva tem potencial”, acrescenta José Miguel Martins.

Portugal deverá assistir, em 2016, às duas primeiras perfurações petrolíferas nas suas águas territoriais, uma no Alentejo e outra no Algarve.

Dois projetos com diferentes protagonistas: os consórcios ENI/Galp e Repsol/Partex. Este último agrupamento, que acaba de contratualizar duas novas concessões no Algarve (Sapateira e Caranguejo), que somam às duas que já possuía na região, compromete-se a realizar a primeira perfuração até outubro do próximo ano. Este é o prazo que consta do pedido de adiamento entregue às autoridades portuguesas e que ainda não foi validado.

O consórcio, que integra a petrolífera espanhola e a empresa do universo da Fundação Gulbenkian, tinha como data limite inicial para realizar estes trabalhos, outubro de 2015. A queda do preço do petróleo acabaria por ditar o incumprimento. Agora, uma das prioridades é encontrar mais um parceiro para partilhar o risco. No entanto, as empresas continuam a defender que existe uma elevada probabilidade de encontrar gás natural nas águas algarvias.

Já a operação, que visa o bloco Santola, situado a 80 quilómetros de Sines e a cargo da ENI/Galp, é dada como certa no próximo ano. Os resultados obtidos

permitirão determinar a sua viabilidade comercial. Quem o garantiu foi o responsável do grupo italiano pelo projeto, Franco Couticinni, durante a conferência “Pesquisa de Petróleo em Portugal”, promovida pela Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis.

“O porto de Sines é uma infra-estrutura importante e eficiente e poderá conceder o apoio estratégico na fase de exploração e numa fase de desenvolvimento do projeto”, realçou a mesma fonte. O período de perfuração durará 45 dias e será criada uma área de segurança marítima de 500 metros.

“Em caso de descoberta de petróleo, haverá depois uma estrutura leve, com apenas um navio que fará a ligação ao poço, situado a mil metros de profundidade”, destacou Franco Couticinni.

Além do Santola, este consórcio detém mais duas concessões na região: Lavagante e Gamba. A ENI detém 70% do consórcio e a Galp os restantes 30%.